26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 11 – Informação & Saúde

A EVIDÊNCIA CIENTÍFICA COMO OBJETO DE DISPUTA DISCURSIVA NO CAMPO DA SAÚDE: UMA ABORDAGEM ANALÍTICO-CONCEITUAL

SCIENTIFIC EVIDENCE AS AN OBJECT OF DISCURSIVE CONTESTATION IN THE FIELD OF HEALTH: AN ANALYTICAL-CONCEPTUAL APPROACH

Marianna Zattar – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Juliana de Assis – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A evidência científica constitui fundamento para a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas em saúde, podendo ser compreendida como resultado de processos sistemáticos de investigação. Com o objetivo de analisar como o conceito de evidência científica é construído e mobilizado nas manifestações oficiais do governo estadunidense em curso, buscando identificar suas características, atributos e relações conceituais foi realizado um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, fundamentado na pesquisa documental e no método analítico-conceitual de Ingetraut Dahlberg. O *corpu*s foi composto por 20 documentos oficiais da Casa Branca a partir do termo "*scientific evidence*". As categorias analíticas contemplaram legitimação da ciência, deslegitimação institucional, politização da ciência, seleção estratégica de evidências, construção de autoridade e nacionalismo científico. Como ferramenta de tratamento e categorização dos dados utilizou-se o NotebookLM. Observou-se que os documentos associam a evidência científica à transparência, objetividade, reprodutibilidade e ausência de ideologia, ao mesmo tempo em que a articulam às noções de "bom senso", soberania nacional e liberdade individual. Identificou-se um movimento simultâneo de legitimação e deslegitimação da autoridade científica, no qual determinados consensos e instituições científicas são contestados sob acusações de politização e burocratização, enquanto outras formas de conhecimento e

autoridade são legitimadas. Conclui-se que o conceito é reconfigurado no contexto político analisado, mediante a atribuição seletiva de características e relações conceituais que definem critérios de legitimidade, autoridade e validação do conhecimento, com implicações para as disputas contemporâneas em torno da informação científica e das políticas públicas de saúde.
Palavras-chave: saúde coletiva; literatura científica; políticas públicas; evidência científica.

Abstract: Scientific evidence provides a foundation for decision-making and the formulation of public health policies and can be understood as the outcome of systematic processes of inquiry. This study aimed to analyze how the concept of scientific evidence is constructed and mobilized in official statements issued by the current U.S. administration, seeking to identify its characteristics, attributes, and conceptual relationships. A qualitative, exploratory, and descriptive study was conducted, drawing on documentary research and Ingetraut Dahlberg's concept-analytical method. The corpus comprised 20 official White House documents retrieved using the term "scientific evidence." The analytical categories included the legitimation of science, institutional delegitimation, politicization of science, strategic selection of evidence, construction of authority, and scientific nationalism. NotebookLM was used as a tool for data processing and categorization. The findings show that the documents associate scientific evidence with transparency, objectivity, reproducibility, and freedom from ideology, while simultaneously linking it to notions of "common sense," national sovereignty, and individual freedom. A simultaneous process of legitimation and delegitimation of scientific authority was identified: certain scientific consensuses and institutions are challenged through accusations of politicization and bureaucratization, while other forms of knowledge and authority are legitimized. The study concludes that the concept of scientific evidence is reconfigured within the political context analyzed through the selective attribution of characteristics and conceptual relationships that establish criteria for the legitimacy, authority, and validation of knowledge, with implications for contemporary disputes surrounding scientific information and public health policy.
Keywords: public health; scientific literature; public policy; scientific evidence.

1 INTRODUÇÃO

A evidência científica é uma das bases da produção do conhecimento científico e pode ser observada como resultado do processo de pesquisa sobre um determinado tema ou assunto utilizado no campo da saúde como fonte de informação para tomadas de decisão e construção de saúde pública. A legitimidade da evidência, em geral, está vinculada à transparência, relacionada à premissa, ao método científico, à possibilidade de revisão, teste, replicação e às limitações adjacentes. No campo da saúde, as evidências científicas vinculam-se à "saúde baseada em evidência", fomentando políticas públicas, sendo exatamente por isso consideradas no debate essencial sobre o assunto junto à comunidade discursiva com interesses temáticos que abrangem informação e saúde.

No âmbito das estratégias de desordem informacional (conceito que abrange informação falsa, desinformação e discurso de ódio) e descompromisso com a integridade da informação e a integridade científica, viu-se nos últimos anos questionamentos de governos extremistas e extremados sobre o conhecimento científico e a informação científica e, de forma específica, sobre a evidência científica e as autoridades epistêmicas, consideradas referências neste processo.

Nos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, que atualmente está em seu segundo mandato, tem realizado ações que colocam em dúvida e penalizam as instituições de saúde estadunidenses, tais como os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (*Centers for Disease Control and Prevention* - CDC) e os Institutos Nacionais de Saúde (*National Institutes of Health* - NIH) sob a alegação de favorecerem ideologias que prejudicam o interesse nacional. Exemplo disso foi a proposição feita por Donald Trump ao senado de cortes de cerca de 40% do total no orçamento do NIH (Kozlov; Tollefson; Garisto, 2026) com vistas à desmobilização e à descontinuidade de pesquisas associadas à "*woke gender ideology"* ou "*diversity, equity, and inclusion*". Considera-se que os acontecimentos nos EUA impactam sobremaneira na geopolítica e na produção científica do conhecimento em diferentes países. Seja nas questões que envolvem a colaboração científica em razão da potencial descontinuidade de financiamentos em pesquisas com diferentes países (Grant Witness, 2026), seja nos impactos na saúde coletiva em nível internacional (como é o caso do alerta do epidemiológico sobre sarampo, divulgado em 7 de agosto de 2026, pela Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS) (Brasil, 2026).

Se na pandemia de COVID-19, em seu primeiro mandato, o presidente Donald Trump fragilizava a evidência científica em saúde para rejeitar práticas baseadas em evidências, rompendo inclusive com a OMS (Ventura, 2025); no segundo mandato, o presidente dos EUA muda a lógica discursiva ao fundamentar suas tomadas de decisões justamente na noção de evidência científica. Como ocorreu no discurso em que fez uma associação da utilização dos princípios ativos do Tylenol por mulheres grávidas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças no mês de setembro de 2025. Nessa mudança discursiva, questiona-se: como o conceito de evidência científica é configurado no governo de Donald Trump, considerando suas características, atributos e relações conceituais? Para isso, este estudo teve como objetivo geral

analisar as manifestações oficiais do governo estadunidense em curso sobre evidência científica, buscando compreender suas características. Buscou-se compreender como a evidência científica é construída e mobilizada nos documentos oficiais da Casa Branca no segundo mandato do presidente Donald Trump. Considera-se que esta pesquisa poderá possibilitar a observação de como a noção de evidência científica deixa de ser apenas um elemento epistemológico e passa a operar como categoria conceitual, discursiva, política e ideológica em âmbitos governamentais, evidenciando os mecanismos de legitimação, contestação e reconfiguração da autoridade científica no discurso presidencial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Ressa (2022), a perda da realidade compartilhada é uma problemática central que deve ser considerada no âmbito da desinformação. Tal perspectiva pode ser observada a partir de questões relacionadas às bolhas informacionais, ao viés de confirmação e às câmaras de eco, especialmente nos agrupamentos das pessoas em categorias específicas que consideram suas "pegadas digitais" ou o "algoritmo do gosto". As realidades são construídas tendo como base opiniões e crenças consolidadas nas emoções e nos sentimentos. Sem que fatos e evidências sejam considerados ou até mesmo rejeitados em sistemas de crenças.

Na produção do conhecimento científico, propõe-se a inter-relação entre a integridade da informação, que se refere à precisão, consistência e confiabilidade da informação (Guterres, 2023) com a noção de integridade científica, que se refere à qualidade das informações, a partir da articulação de rígidos princípios éticos e morais, desde a concepção do estudo, até a finalização, publicação e comunicação pública dos resultados. Neste fluxo estão as evidências científicas, consideradas elementos dinâmicos e complexos pautados no método científico e nas condições contextuais utilizadas para subsidiar a criação, a expansão e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde - algo que exige método de pesquisas científicas (World Health Organization, 2022).

Embora as evidências científicas sejam fundamentais para as tomadas de decisão, não devem ser compreendidas como impositivas na medida em que exigem uma análise crítica sobre o contexto em diferentes situações. Há, portanto, espaço para autonomia e a crítica na avaliação

das informações que sustentam, por exemplo, políticas públicas. Ocorre que, mesmo não sendo impositivas, as evidências científicas têm sido relativizadas, especialmente a partir da dúvida quanto à legitimidade das autoridades epistêmicas reconhecidas como referências sobre o assunto. Como é o caso dos EUA que, nos primeiros momentos do segundo mandato de Donald Trump, iniciou o processo de saída do país da Organização Mundial da Saúde (OMS), gerando impacto na ruptura com compromissos internacionais e globais relacionados à saúde. Além disso, a OMS coordena a atuação internacional sobre saúde e orienta o desenvolvimento das evidências científicas como base para a tomada de decisão e a elaboração de políticas de saúde. Trata-se de uma ação geopolítica sobre a construção da autoridade no campo científico. Na mesma direção está o processo de fragmentação, subfinanciamento e aparelhamento da *National Institutes of Health* (NIH), a agência federal com polos de pesquisa em saúde, que rescindiu, em 28 de março de 2025, a Política de Integridade Científica do *National Institutes of Health* para garantir as prioridades do governo, refletindo o descompromisso com práticas de integridade científica ou integridade da informação. E, além disso, considera os impactos na fragilização da confiança e da credibilidade social com o distanciamento da participação pública que havia sido estabelecida na criação da política. Destaca-se nas condutas governamentais, por exemplo, a interferência em instituições como a NIH com a mudança da direção (Mervis, 2025). Neste sentido, nota-se que o questionamento não é sobre a evidência e sim sobre quem a produz e para qual finalidade. Trata-se de uma estratégia discursiva que fortalece uma crise epistêmica (Oliveira, 2019) em que o processo de deslegitimação de autoridades (instituições e pessoas) afeta o capital simbólico da ciência na sociedade e o capital científico no campo científico, impactando, entre outras coisas, as estratégias de prevenção e promoção da saúde e a democracia.

A construção da dúvida sobre a ciência é um artifício que relativiza a legitimidade do conhecimento científico (Oreskes; Conway, 2025) ao criar espaço para a defesa de formas alternativas de poder e ideologias. A manipulação deliberada da verdade por autoridades, o Orwelliano (Michaels, 2024), reflete situações em que governos ou instituições autoritárias manipulam a realidade, controlam a informação e promovem vigilância extrema. É justamente na recusa ou rejeição da ciência ou da produção científica que se insere o negacionismo científico quando os estudos científicos que não se associam aos valores individuais e sociais (Lewandosky;

Oberauer, 2016), e a anticiência que se manifesta como rejeição do método científico por completo.

Tal contexto representa um modo de disputa de poder em que a credibilidade e a confiabilidade científicas sofrem tentativas de desmobilização a partir do questionamento daquilo que se configura como evidência sem que sejam considerados os métodos, o rigor científico ou os fatos históricos e sociais, dando prioridade à opinião fortemente marcada pelas dinâmicas que criam e mantêm realidades alternativas, distopias em que bolhas informacionais, pautadas em vieses de confirmação, políticos e ideológicos reforçam ou reivindicam poderes.

Assim, a dúvida e a relativização relacionada à evidência científica se apresentam como estratégias de desmobilização da autoridade epistêmica e da ciência. Neste sentido, a evidência científica possui legitimidade quando confere validade à agenda política de Estado. Não se apresenta, portanto, como uma rejeição e sim na escolha dos fatos convenientes (*cherry-picking*), ou na negligência em refutar informações comprovadamente ultrapassadas, ou na fabricação de controvérsias falsas, ou na distorção dos critérios para uma nova descoberta científica (Farias, 2024). Sob o ponto de vista político, no populismo de extrema-direita, o chamado anti-intelectualismo classifica cientistas como uma "elite global" seguidora de uma agenda política contrária ao "povo verdadeiro" (Mede; Schäfer, 2020).

É nesse contexto que um estudo sobre a evidência científica como objeto de disputa discursiva se torna relevante sob a perspectiva da informação em saúde. Antes de avançar neste estudo, contudo, é necessário reconhecer as limitações inerentes à pesquisa que se debruçam justamente sobre a questão da legitimidade científica. Não se pretende, neste trabalho, determinar a validade ou invalidade das evidências agenciadas pelos diferentes atores, mas compreender como o conceito de evidência científica é construído, caracterizado e mobilizado em contextos discursivos específicos. Para tanto, recorre-se à análise conceitual proposta por Dahlberg (1978), segundo a qual a compreensão de um conceito decorre da análise da totalidade de suas características. Nessa perspectiva, o conceito de evidência científica deixa de ser entendido apenas como um termo isolado, pois amplia-se o olhar para quais características são associadas a um referente, quais atributos aparecem de forma recorrente, quais relações

conceituais são estabelecidas e como tais elementos contribuem para configurar determinada definição.

O método analítico-conceitual dahlberguiano é empregado para identificar, descrever, estruturar e relacionar conceitos a partir da análise de suas características essenciais e de suas relações semânticas (Rocha; Campos, 2020). Tal abordagem fundamenta-se na ideia de que os conceitos constituem elementos cognitivos elaborados por meio da abstração da realidade, configurando-se simultaneamente como produtos e instrumentos da capacidade humana de pensar, interpretar e comunicar o mundo social (Dahlberg, 1978). Nela, parte-se da existência de um universo composto por ideias, objetos, fatos, propriedades e ações, no qual é possível selecionar determinado item de referência e formular sobre ele afirmações corretas e verificáveis, capazes de caracterizá-lo em um contexto específico. Essas características, socialmente compartilhadas e reconhecidas no interior de uma comunidade discursiva, são então sintetizadas linguisticamente por meio de termos ou denominações que permitem sua comunicação e circulação nos discursos verbais e escritos (Rocha; Campos, 2020). Assim, a análise conceitual proposta por Ingetraut Dahlberg (1927-2017) possibilita apreender de que maneira determinados conceitos são constituídos, estabilizados e mobilizados em contextos discursivos específicos, a partir das características e relações que lhes são atribuídas na conformação de um sistema conceitual.

Compreende-se a noção de discurso conforme proposta por Foucault (1996), segundo a qual os discursos são conjuntos de práticas que produzem saberes, delimitam o que pode ser dito e pensado em determinado contexto histórico e encontram-se intrinsecamente relacionados a relações de poder. Embora partam de tradições teóricas distintas, a análise conceitual de Dahlberg (1978) e a base discursiva de Foucault (1996) são mobilizadas nesta pesquisa de forma complementar. A primeira possibilita identificar e estruturar semanticamente os conceitos presentes nos documentos analisados, evidenciando suas características e relações. A segunda permite compreender esses conceitos não como entidades neutras ou universais, mas como componentes de configurações discursivas produzidas em contextos históricos específicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, fundamentado na Pesquisa Documental e no Método analítico-conceitual de Ingetraut Dahlberg (1927-2017).

Na delimitação do *corpus* foram utilizados documentos publicados no site da Casa Branca *(White House)* e que versavam sobre ciência e atividade científica. No dia 19 de maio de 2026, foram recuperados itens no campo "*search results for*", com "*filter news*" com o termo "*scientific evidence*" (evidência científica), totalizando 20 documentos oficiais após a deduplicação, que compõem os dados complementares da pesquisa. Localizados os itens, foi empreendida a análise e identificação da construção do conceito de "evidência científica" na configuração do processo de confiança e desconfiança pública na ciência, por meio das seguintes etapas, ilustradas no quadro 1:

Quadro 1 - Etapas da análise

Etapa	Foco do procedimento
Definição das unidades de análise	trechos sobre ciência e evidência científica
Identificação de características e atributos	características e atributos associados à noção de evidência científica
Identificação de relações conceituais	hierarquias, associações, oposições, equivalências e falsas equivalências, relações funcionais, causalidade
Agrupamento	formação de categorias semânticas
Síntese	reconstrução da configuração conceitual da evidência científica

Fonte: dados da pesquisa (2026).

A partir da identificação das características, atributos e relações conceituais presentes nos documentos, os elementos recorrentes foram analisados e agrupados segundo suas aproximações semânticas e sua função na construção discursiva da noção de evidência científica. Desse processo analítico emergiram seis categorias: 1) legitimação da ciência; 2) deslegitimação institucional; 3) politização da ciência; 4) seleção estratégica de evidências; 5) construção de autoridade e 6) nacionalismo científico. As categorias sintetizam os padrões identificados no *corpus* e permitem explicitar as diferentes formas pelas quais características e relações conceituais são mobilizadas na configuração do conceito. Para auxiliar na sistematização dos dados, utilizou-se o *NotebookLM*, ferramenta baseada em Inteligência Artificial (IA) que

possibilita a organização e o processamento de conteúdos textuais. Sendo empregada para apoiar a organização do *corpus* documental, a localização de trechos relevantes, a identificação de recorrências temáticas e o agrupamento inicial de conteúdos relacionados à evidência científica, contribuindo para a sistematização dos dados analisados. Assim, os procedimentos de interpretação, estabelecimento das relações conceituais e definição das categorias resultantes da análise foram realizados pelas pesquisadoras.

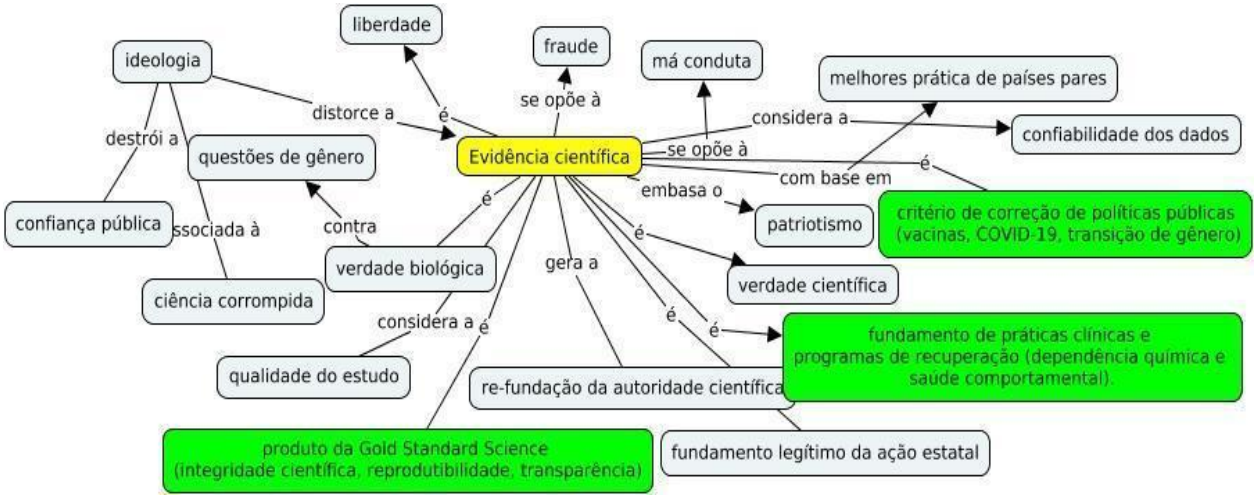
Por fim, o *CmapTools* foi empregado para modelar e representar graficamente o sistema conceitual resultante da análise do *corpus*, possibilitando a visualização das características, relações semânticas e conexões estabelecidas em torno da noção de evidência científica. A utilização de mapas conceituais contribuiu para a síntese dos resultados do método analítico-conceitual, favorecendo a representação das estruturas de significado e dos vínculos entre os conceitos identificados nos documentos analisados.

4 CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA EVIDÊNCIA CIENTÍFICA NA CASA BRANCA

A análise do *corpus* evidenciou padrões recorrentes na configuração da noção de evidência científica, revelando um conjunto de características, atributos e relações conceituais mobilizados pelo discurso institucional analisado.

A evidência científica legítima é frequentemente associada à ideia de uma ciência “de padrão ouro”, caracterizada pela transparência, objetividade, reprodutibilidade e ausência de influências ideológicas. Ao mesmo tempo, observa-se que a validação da evidência científica também é vinculada a noções de bom senso, experiência prática e realidade biológica, especialmente em debates relacionados a gênero, saúde pública e vacinação. Nesse contexto, a ciência é apresentada como instrumento de orientação para a liberdade individual, a inovação tecnológica e o fortalecimento da competitividade nacional, em oposição a estruturas burocráticas e regulatórias percebidas como excessivamente intervencionistas. Tais elementos sinalizam uma configuração conceitual marcada por associações, oposições e deslocamentos nos critérios de legitimidade da evidência científica. A Figura 1 apresenta uma modelagem da estrutura semântica que sustenta o conceito de evidência científica.

Figura 1 - Estrutura conceitual do discurso sobre evidência científica



Fonte: dados da pesquisa (2026).

A estrutura conceitual representada na Figura 1 revela que a noção de evidência científica é configurada por meio da articulação entre características de natureza epistemológica, como verdade científica, qualidade dos estudos, confiabilidade dos dados, fraude e má conduta, e elementos de natureza política, social e valorativa, como liberdade, patriotismo, questões de gênero, ideologia e confiança pública. À luz da perspectiva analítico-conceitual de Dahlberg (1978), essa configuração resulta não apenas das características atribuídas à evidência científica, mas também das relações semânticas estabelecidas entre esses elementos. A relação estabelecida com a "re-fundação da autoridade científica" é particularmente significativa, pois indica que a evidência participa da redefinição dos sujeitos e instituições considerados legítimos para produzir, interpretar e validar o conhecimento científico. Nesse sentido, a estrutura representada no mapa evidencia também uma dimensão discursiva da construção da autoridade, na qual a definição do que constitui evidência legítima está relacionada à disputa pelas condições de produção e reconhecimento da verdade científica (Foucault, 1996). A Figura 1 permite observar, portanto, que a divergência em torno da evidência científica não se estabelece entre uma concepção científica e sua simples negação, mas no interior da própria definição dos atributos, relações e autoridades que conferem legitimidade ao conhecimento científico.

No discurso institucional da Casa Branca, a noção de evidência científica ultrapassa a dimensão estritamente técnica, configurando-se como um espaço de disputa discursiva mobilizado para redefinir a autoridade estatal e governamental, reforçar perspectivas de nacionalismo tecnológico e enfraquecer estruturas institucionais associadas ao chamado “Estado Profundo”, apontadas pelo governo como influentes na produção e circulação do conhecimento público. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz de Foucault (1996), para quem a produção e a circulação dos discursos estão relacionadas às condições que definem quais enunciados podem adquirir estatuto de verdade em determinado contexto. Assim, a disputa identificada no *corpus* não se limita à divergência quanto ao conteúdo das evidências, mas envolve também a disputa pelas condições de legitimidade, autoridade e circulação dos conhecimentos reconhecidos como científicos.

Os dados da pesquisa apontam a existência de uma tensão conceitual em torno da própria definição de ciência. Observa-se um movimento simultâneo de legitimação e deslegitimação da autoridade científica, no qual determinados conhecimentos são reconhecidos enquanto outros são apresentados como enviesados, politizados ou tecnicamente frágeis. Na maioria dos casos, fundamentados nos interesses de uma agenda política na qual a ciência é frequentemente mobilizada para questionar consensos consolidados por agências governamentais e instituições científicas, associando-os à produção de uma “má ciência” influenciada por interesses ideológicos ou burocráticos.

Há um deslocamento dos critérios de legitimidade científica, que passam a enfatizar aspectos como transparência, reprodutibilidade, eficiência prática e alinhamento com interesses nacionais e econômicos. De um lado, a ciência é entendida como prática institucional e acadêmica vinculada a consensos técnicos e regulatórios; de outro, é concebida como instrumento estratégico de soberania nacional, inovação tecnológica e defesa da autonomia individual.

Nesse cenário, a legitimação da evidência científica tende a ocorrer quando esta sustenta pautas relacionadas ao crescimento econômico, à inovação ou à liberdade individual, enquanto sua deslegitimação emerge sobretudo em situações nas quais a ciência é mobilizada para justificar regulações, restrições sanitárias ou políticas públicas percebidas como excessivamente intervencionistas. A evidência científica, portanto, não é mobilizada segundo um critério

uniforme de validade, mas segundo relações discursivamente estabelecidas entre evidência, finalidade, autoridade e interesse político.

A seleção de determinados conhecimentos em detrimento de outros aproxima-se, nesse sentido, do mecanismo de *cherry-picking* discutido por Farias (2024), no qual a controvérsia científica é produzida ou reforçada pela escolha seletiva de fatos e evidências.

Essa dinâmica aproxima-se ainda da discussão apresentada por Oreskes e Conway (2025), Lewandowsky e Oberauer (2016) e Farias (2024), segundo a qual estratégias contemporâneas de contestação da ciência podem operar por meio da produção de dúvida, da seleção de evidências e do questionamento da autoridade científica, sem necessariamente assumir uma rejeição explícita da ciência. No *corpus* analisado, esse mecanismo manifesta-se pela diferenciação entre uma ciência considerada legítima e uma ciência apresentada como politizada ou ideológica.

O mapa conceitual apresentado na Figura 2 sintetiza o percurso analítico-conceitual desenvolvido neste estudo e organiza um sistema discursivo de legitimação e deslegitimação em torno da ciência e da evidência científica. A representação mostra, de um lado, a construção da "ciência padrão ouro" como ideal normativo, associada a características como imparcialidade, transparência, reprodutibilidade, interdisciplinaridade, colaboração, ausência de conflitos de interesse e reconhecimento de erros e incertezas; de outro, revela a construção de formas de ciência apresentadas como ideológicas, politizadas ou capturadas por interesses políticos. Nesse sistema, a disputa não se estabelece necessariamente entre ciência e anticiência, mas em torno da definição do que deve ser reconhecido como "ciência verdadeira" e dos critérios que conferem legitimidade à evidência científica. A figura mostra, ainda, que esse embate envolve a atribuição diferencial de autoridade a agentes e instituições.

Figura 2 - Mapa conceitual



Fonte: dados da pesquisa (2026).

O conceito de evidência científica atua como um signo validador, acionado para atribuir legitimidade a determinados atores e retirá-la de outros, em um processo de construção discursiva da credibilidade científica. A “ciência padrão ouro” é apresentada como um fundamento normativo que define as condições de produção da evidência científica legítima, atua como um dispositivo de validação da própria concepção de ciência, estabelecendo uma relação circular de legitimação entre método, conhecimento produzido e autoridade institucional. Sob a perspectiva de Foucault (1996), essa circularidade pode ser compreendida como parte de uma economia discursiva de produção e legitimação da verdade, na qual determinados sujeitos, instituições e enunciados adquirem condições privilegiadas de autoridade, enquanto outros são desqualificados ou apresentados como politizados, enviesados ou ilegítimos.

Desse modo, os resultados não indicam uma rejeição da ideia de evidência científica. Ao contrário, a expressão *scientific evidence* e seus correlatos são acionados reiteradamente para conferir validade a decisões e posicionamentos governamentais. O tensionamento identificado desloca-se, portanto, da aceitação ou rejeição da ciência para a definição das condições sob as quais determinado conhecimento pode ser reconhecido como científico, confiável e legítimo. Trata-se, simultaneamente, de uma disputa conceitual e discursiva. Conceitual, porque diferentes características e relações são mobilizadas para definir o que conta como evidência científica; e discursiva, porque essa definição está vinculada à autoridade dos sujeitos e instituições autorizados a produzir, interpretar e validar tais evidências.

Nesse sentido, os resultados permitem identificar mecanismos compatíveis com formas contemporâneas de contestação à ciência, caracterizadas não necessariamente pela negação explícita do conhecimento científico, mas pelo questionamento seletivo de consensos, pela seleção estratégica de evidências e pela divergência em torno da autoridade legítima para produzir e interpretar o conhecimento. No *corpus* analisado, esses mecanismos se articulam à intervenção política sobre os critérios de validação do conhecimento, produzindo uma disputa simultânea entre autoridade científica e autoridade política na construção da confiança social. Sendo assim, a "conduta Orwelliana", o negacionismo científico e o anti-intelectualismo seletivo se manifestam a partir da manipulação e da interferência política na construção da gramática científica.

5 CONCLUSÃO

Este estudo analisou a configuração do conceito de evidência científica a partir da pesquisa documental e do método analítico-conceitual de Ingetraut Dahlberg, tendo como *corpus* documentos publicados no site da Casa Branca (*White House*), espaço institucional de representação do governo federal estadunidense.

Viu-se que o conceito de evidência científica é configurado por meio da atribuição seletiva de características e relações conceituais que articulam ciência, autoridade política, transparência, soberania e crítica à politização institucional da expertise científica. Os resultados indicam, portanto, que a evidência científica não é mobilizada segundo critérios exclusivamente epistemológicos, mas também em função de relações políticas e institucionais que contribuem para definir quais conhecimentos, especialistas e evidências devem ser reconhecidos como válidos. Nesse sentido, o estudo constatou que o discurso institucional não promove necessariamente uma rejeição absoluta da ciência, mas um tensionamento em torno dos critérios que definem sua legitimidade e autoridade.

Também foi possível observar um movimento simultâneo de legitimação e deslegitimação da autoridade científica, no qual a ciência é valorizada quando associada à inovação, à liberdade individual, à eficiência prática e aos interesses nacionais, ao passo que consensos científicos e

instituições regulatórias são frequentemente questionados quando percebidos como ideologicamente orientados ou excessivamente intervencionistas.

A partir da perspectiva analítico-conceitual de Ingetraut Dahlberg (1927-2017), foi possível compreender que a configuração do conceito de evidência científica decorre da atribuição de características, do estabelecimento de relações semânticas e da mobilização de critérios de legitimidade produzidos no interior de disputas políticas e institucionais. Dessa forma, o estudo contribui para ampliar as discussões acerca das relações entre ciência, poder e discurso político, demonstrando como a configuração de conceitos relacionados ao conhecimento científico pode ser estrategicamente reorientada em determinados contextos institucionais.

Como desdobramento desta pesquisa, sugere-se a realização de estudos comparativos que investiguem a configuração discursiva da evidência científica em diferentes administrações e contextos institucionais, bem como pesquisas voltadas à análise dos processos de seleção, reinterpretação e recontextualização de evidências científicas nos discursos governamentais. Tais estudos podem contribuir para compreender continuidades e rupturas nos critérios de legitimidade científica e suas relações com a produção de autoridade epistêmica, formulação de políticas públicas e governança do conhecimento.

Considerando a posição dos Estados Unidos no sistema científico internacional e sua influência sobre instituições de pesquisa, políticas de saúde, agendas científicas e circulação do conhecimento, as redefinições discursivas dos critérios de legitimidade científica identificadas neste estudo podem produzir efeitos que ultrapassam o contexto institucional analisado. Essa possibilidade reforça a relevância de investigar, em pesquisas futuras, como diferentes configurações do conceito de evidência científica repercutem na construção da autoridade epistêmica, na confiança pública na ciência e na formulação de políticas de saúde em diferentes contextos nacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Alerta sobre sarampo nas Américas reforça importância de intensificar vacinação no Brasil. **Notícias**, 13 ago. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/agosto/alerta-sobre-sarampo-nas-americas-reforca-importancia-de-intensificar-vacinacao-no-brasil. Acesso em: 20 out. 2026.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1978. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/56848109/Teoria-Do-Conceito-Dahlberg. Acesso em: 2 jun. 2026.

FARIAS, Deborah Barros Leal. Ascensão da extrema-direita e do negacionismo científico (e climático). **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, jul./set. 2024. Disponível em: https://cebri.org/revista/br/artigo/170/ascensao-da-extrema-direita-e-do-negacionismo-cientifico-e-climatico. Acesso em: 20 maio 2026.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRANT WITNESS. **This is what's happening to American science funding**. [*S. l.*], 2026. Disponível em: https://grantwitness.org/?ref=nucleo.jor.br. Acesso em: 3 set. 2026.

GUTERRES, António. Integridade da Informação nas Plataformas Digitais. Traduzido por Jéssica Monteiro Silva. **Informe de Política para a Nossa Agenda Comum**, jun. 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/249996-integridade-da-informa%C3%A7%C3%A3o-nas-plataformas-digitais-informe-do-secret%C3%A1rio-geral-da-onu. Acesso em: 6 jun. 2026.

KOZLOV, Max; TOLLEFSON, Jeff; GARISTO, Dan. US science after a year of Trump. **Nature**, Londres, 20 jan. 2026. Disponível em: https://www.nature.com/immersive/d41586-026-00088-9/index.html. Acesso em: 20 out. 2026.

LEWANDOWSKY, Stephan; OBERAUER, Klaus. Motivated rejection of science. **Current Directions in Psychological Science**, Thousand Oaks, v. 25, n. 4, p. 217-222, 2016. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/44318960. Acesso em: 11 jun. 2026.

MEDE, Niels G.; SCHAFER, Mike S. Science-related populism: conceptualizing populist demands toward science. **Public Understanding of Science**, v. 29, n. 5, p. 473-491, july, 2020. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7411529/. Acesso em: 1 jun. 2026.

MERVIS, Jeffrey. Trump orders cause chaos at science agencies: wild week of canceled meetings, program changes, and data purges creates high anxiety. **Science**, [*s. l.*], feb. 5 2025. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39913567. Acesso em: 30 abr. 2026.

MICHAELS, David. **O triunfo da dúvida**: dinheiro obscuro e a ciência da enganação. São Paulo: Elefante, 2024.

OLIVEIRA, Thaiane Moreira de. Autoridade científica em tempos de crise epistêmica: a circulação de teorias da conspiração nas mídias sociais. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 38., 2019. **Anais**... Porto Alegre: PUC-RS, 2019. Disponível em: https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/autoridade-cientifica-em-tempos-de-crise-epistemica-a-circulacao-de-teorias-da-c?lang=pt-br. Acesso em: 25 maio 2026.

ORESKES, Naomi; CONWAY, Erick. **Mercadores da dúvida**: Como um pequeno grupo de cientistas distorceu fatos que vão do tabagismo às mudanças climáticas. São Paulo: Quina editora, 2025.

RESSA, Maria. **Como enfrentar um ditador**: A luta pelo nosso futuro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

ROCHA, Laura; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. O método analítico-conceitual de Dahlberg: aplicação no contexto dos portfólios de projetos da Embrapa. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/32196. Acesso em: 5 jun. 2026.

VENTURA, Deisy. O sentido e o impacto da retirada dos Estados Unidos da OMS. **Jornal da USP**, São Paulo, 21 jan. 2025. Disponível em: https://jornal.usp.br/articulistas/deisy-ventura/o-sentido-e-o-impacto-da-retirada-dos-estados-unidos-da-oms/. Acesso em: 5 jun. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Evidence, policy, impact**: WHO guide for evidence-informed decision-making. 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/b/59070. Acesso em: 15 jun. 2026.